

A PESQUISA PARTICIPANTE E A CONSTRUÇÃO DO PROTAGONISMO CAMPONÊS NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: O CASO DO ASSENTAMENTO SÍLVIO RODRIGUES, GOIÁS, BRASIL

Nina Paula Laranjeira, César Adriano de Souza Barbosa

*Universidade de Brasília (UnB), Centro UnB Cerrado - Rua 06 Quadra 07 Lote 09, Setor Planalto Alto Paraíso de Goiás.
Email: nina.laranjeira@yahoo.com.br*

Resumo

Este trabalho trata de projeto de pesquisa-ação/pesquisa participante desenvolvido no Assentamento Sílvia Rodrigues situado no município de Alto Paraíso de Goiás, entre 2014 e 2016, como ação de Extensão Universitária do Núcleo de Segurança Alimentar (NASPA) do Centro UnB Cerrado. A pesquisa teve como proposta realizar ações participativas, oferecendo o conhecimento e a estrutura acadêmica para que, por meio de processos dialógicos e análises de contextos em diversas escalas, avançássemos juntos na busca de soluções para problemas apontados pelos assentados. Fundamentada na transdisciplinaridade e no paradigma agroecológico, condizentes com a metodologia utilizada, a pesquisa propiciou a análise do processo de construção vivenciado, assim como as potencialidades e desafios enfrentados pelos assentados em sua trajetória até aqui, mostrando a dificuldade de estabilização dos assentamentos da reforma agrária no Brasil. Ao mesmo tempo, é visível o desejo de viver na terra, a origem camponesa da maioria dos assentados e a importância de sua produção para o mercado local, o que foi sendo percebido por todos ao longo do tempo. O processo participativo propiciou melhoria na organização social e na transição agroecológica e trouxe importantes reflexões: para os agricultores sobre a necessidade de organização, e para os pesquisadores sobre o papel social da Universidade e sobre a importância da discussão sobre metodologias participativas no contexto de populações excluídas socialmente, e ainda distantes dos movimentos sociais. Ressalta-se a tomada de consciência sobre o papel da agricultura familiar de base agroecológica para a segurança alimentar e conservação ambiental.

Palavras Chave: Metodologias participativas, Extensão Universitária, Agroecologia, organização social.

Summary

A participatory research and construction of the peasant protagonism in the agroecological transition: the case of Sílvia Rodrigues, Goiás, Brasil

A research-action/participatory research project was developed in the Sílvia Rodrigues land settlement in Alto Paraíso de Goiás, Brazil, between the years of 2014 and 2016, as social action from the Centre for Food Security (Núcleo de Segurança Alimentar – NASPA), Centro UnB Cerrado, University of Brasília. The university offered knowledge and academic infrastructure, and through dialogue and analysis of different social contexts the participatory research was developed together with the small holding agricultural producers in the land settlement, towards the solution of challenges identified by themselves. Based in the interdisciplinary paradigm of agroecology, the experience of co-constructing the research was analysed in conjunction with the potential and challenges faced by the small land holders, making evident the instability of land settlements from agrarian reform in Brazil. In time it also became evident to all the desire to live from the land, the peasant origins of the majority of the small producers, and their importance for the local food market. The participatory process helped to achieve better social organization and to further the agroecological transition. It also sparked important reflections: for the small producers, on the need for social organisation; for the academic researchers, on a social role for the university, on the importance of discussing participatory methodologies in the context of socially excluded populations, and on the role of social movements. We raised awareness of the role of agroecology-based family agriculture for food security and for environmental conservation.

Keywords: Participatory methodologies, participatory research, agroecology, social organization

1. Introdução

Este trabalho trata de projeto de pesquisa desenvolvido no Projeto de Assentamento Sílvia Rodrigues (PASR), situado no município de Alto Paraíso de Goiás, na região denominada Chapada dos Veadeiros, entre os anos de 2014 e 2016, no âmbito da Extensão Universitária do Núcleo Transdisciplinar de Pesquisa em Alimentação Sustentável e Produção Agroecológica (NASPA) do Centro UnB Cerrado. Este assentamento é considerado pela regional em que se insere no órgão federal responsável, (SR-28 do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), como “modelo” para a região. Entretanto, na prática isso não significa estabilidade ou qualidade de vida para a maioria dos assentados.

Se considerarmos a apresentação das políticas públicas do governo federal para a reforma agrária em sites oficiais, a imagem de assentamento modelo não parece fazer sentido, pois em cerca dez anos na terra, a maior parte das famílias parecia ter avançado relativamente pouco no acesso a políticas governamentais.

A pesquisa em questão se propôs a realizar ações utilizando-se de metodologias participativas, de forma a oferecer o conhecimento e a estrutura acadêmica para, por meio de processos dialógicos, avançarmos juntos na busca de soluções para problemas apontados por um grupo de agricultoras e agricultores. No grupo, alguns já vivenciavam a transição agroecológica, enfrentando inúmeros desafios para manter sua produção, e outros pouco cultivavam, a não ser para subsistência, vivendo de atividades fora de suas parcelas, ou fazendo parcerias com produtores de monoculturas.

A partir dos estudos da transdisciplinaridade (Nicolescu 2000), da pesquisa participante e de princípios pedagógicos desenvolvidos por Paulo Freire e a educação popular, buscamos caminhos que pudessem ressignificar o papel social da Universidade, da produção de conhecimento e da Extensão Universitária. Buscamos, junto com as famílias envolvidas, compreender a dinâmica da organização social e produtiva, a fim de avançar na transição agroecológica e na segurança alimentar e nutricional, ou seja, na consolidação deste assentamento e o cumprimento da função social da terra.

Partimos do pressuposto de que a organização comunitária e o fortalecimento da identidade camponesa são ingredientes fundamentais para a emancipação de comunidades de agricultores familiares e, além disso, que a organização social, como será discutido adiante, é chave para a transição agroecológica.

Assim, o objetivo do projeto era produzir conhecimentos com e sobre esta comunidade, instaurando processos dialógicos e educadores capazes de modificar práticas produtivas e concepções e assim ampliar, por um lado a produção agroecológica, a inclusão produtiva e a segurança alimentar e, por outro, a organização e a participação comunitária, resultando em avanço na

transição agroecológica e no processo de empoderamento.

Entre os desafios para os pesquisadores, a conquista da confiança da comunidade pode ser apontada como o mais importante, e que depende da escuta sensível, da postura de humildade e do desejo de realmente trocar saberes, inquietações e sonhos. Os ganhos são muitos e para todos. A riqueza das relações humanas estabelecidas é entendida como o esteio que sustenta o processo de construção coletiva da sustentabilidade.

2. Marco Teórico

O NASPA tem como missão colocar o conhecimento e a estrutura da Universidade a serviço da transformação social e, como princípio, trabalhar por relações sociais mais equânimes e justas. Desta forma, atua a partir de posição epistemológica bem definida, de caráter sistêmico e transdisciplinar, e conseqüentemente por meio de metodologias participativas e do diálogo de saberes. Freire (2006) traz a questão da aprendizagem pela interação e pelo diálogo ético, onde o educador se coloca humilde e sinceramente diante do educando.

A escolha da transdisciplinaridade como fundamento de ação e de pesquisa deve-se ao desencanto com os paradigmas convencionais da ciência que, concordando com Nicolescu (2000, p.14), levaram à situação civilizatória onde: “A felicidade individual e social, que o cientificismo nos prometia, afasta-se indefinidamente como uma miragem.” O diálogo horizontal entre saberes, propiciado pelas metodologias participativas, nos sintoniza com Delgado e Rist (2016, p.36) no sentido de que “... exploramos potenciales y limitaciones del diálogo de saberes iniciados desde un frente epistemológico-ontológico heterodoxo denominado como la transdisciplinaridad que apunta a la co-producción de saberes entre las comunidades científicas, indígenas, campesinas, urbanas y sus movimientos sociales, políticos o culturales interesados en buscar alternativas más allá de la reproducción de las actuales formas de organización societal y de la ciencia occidental moderna”

A discussão sobre a pesquisa participante na América Latina, quase que inseparável da educação popular, é vasta e vem crescendo nos últimos anos. Nasce na década de 60 com Orlando Fals Borda e Paulo Freire, em contexto de efervescência política de lutas anticapitalistas na Colômbia e Brasil, respectivamente.

A pesquisa-ação teve sua origem nos EUA com Kurt Lewin na década de 40 e influenciou a pesquisa participante, gestada na América Latina na década de 60. A própria pesquisa-ação, ao chegar à América Latina, adquire viés emancipatório, adequando-se à realidade dos movimentos sociais e grupos socialmente excluídos. Thiollent (1985) apesar de reconhecer a diversidade metodológica abarcada pelos termos pesquisa participante (PP) e pesquisa-ação (PA), afirma que, entre os

dois, uma “rara distinção é necessária. A PA é uma forma de PP, mas nem todas as PP são PA.” (p.83). Pontua que a PA é uma pesquisa centrada no agir, preocupando-se com a relação entre investigação e ação, enquanto na PP o foco seria a posição do pesquisador e sua relação com o pesquisado.

Para Thiollent (2011) a pesquisa-ação é pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo, no qual pesquisadores e participantes estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. A ação a que se refere Thiollent é ação não trivial, problemática, que requer investigação para ser elaborada e conduzida. Assim, o pesquisador tem o papel de organizar a investigação em torno da concepção, do desenrolar e da avaliação da ação planejada. Considera também que há objetivos práticos e objetivos de conhecimento e que a relação entre os dois é bastante variável, sendo estratégico buscar equilíbrio entre a importância dos dois.

No Brasil, a partir da década de 80 a discussão sobre a pesquisa-ação e a pesquisa participante vem ganhando força e tomando espaços na academia, sobretudo na Extensão Universitária, com tendência a convergir e mesmo a se fundirem (Thiollent 2014), mas não sem causar polêmica e rejeição por parte das ciências hegemônicas. Além de Fals Borda (1990) e Freire, autores importantes nessa discussão metodológica e epistemológica na América Latina são: Brandão (1985, 1990), Thiollent (1985, 2011), Gajardo (1986), Carrillo (2014a,b, 2015), Streck e Adams (2014). Esses autores reconhecem a diversidade de termos e de formas de trabalho, que se adequam aos contextos sociais, políticos e históricos em que ocorrem. De forma geral, buscam promover emancipação e libertação, e há compromisso por parte dos pesquisadores com a transformação social e com a crítica à ciência hegemônica.

Brandão e Streck (2006) consideram que a pesquisa participante (incluindo a pesquisa-ação e a IAP) permanece como um conjunto de práticas, com princípios comuns, mas sem uma definição precisa. Gestada e nascida no contexto dos movimentos sociais e da educação popular, estende-se a outros espaços e contextos, em processo contínuo de autocrítica, de rever-se e reinventar-se.

Carrillo (2015) observa que, dado o contexto socio-político no qual foi forjada essa modalidade de pesquisa, “no se puede hacer investigación participativa sin reconocer la coyuntura, el contexto territorial, los actores sociales en movimiento y las opciones de futuro en juego.” (p. 12). Ressalta que na atualidade as discussões no campo da epistemologia, do pensamento crítico e das ciências sociais confluem muito para a IAP.

Retomando o viés pedagógico, Streck e Adams (2014) discutem o conceito de emancipação, considerando que a emancipação/libertação “relaciona-se à ex-

pressão mais elevada das potencialidades humanas que articula a dimensão social e a política na perspectiva de construir caminhos instituintes alternativos aos da sociedade burguesa.” (pag. 67). Atribuem a gênese dessa concepção ao marxismo e à teoria crítica da Escola de Frankfurt, fontes também encontradas na concepção de Paulo Freire, cujo trabalho concentra-se na emancipação e libertação da condição de opressão vivida por parcelas da sociedade contemporânea.

Na região aqui estudada (Chapada dos Veadeiros) identificamos comunidades rurais (incluindo comunidades tradicionais) e assentamentos da reforma agrária vivendo condições de exclusão e opressão, invisíveis à nossa sociedade. Santos (2001, 2007a) refere-se a este campo social invisível como o campo da sociologia das ausências, criado pelo colonialismo, que, ao contrário do que se imagina, segue sendo presente na cultura ocidental hegemônica e nas relações políticas e de poder entre Norte Global e Sul Colonial, lembrando que os termos norte e sul não são geográficos, mas político-sociais e filosóficos. Santos (2007b) descreveu o pensamento moderno ocidental como abissal, formado por um sistema de distinções visíveis e não visíveis, que criam uma linha abissal dividindo o pensamento em dois lados. Do “outro lado da linha abissal” está o campo invisível, estudado pela sociologia das ausências e das emergências. Esta última lida com movimentos sociais, que adquirem visibilidade a partir de sua organização dentro do campo das ausências. Não é nosso objetivo discutir o vasto estudo teórico, solidamente embasado na realidade de países colonizados, que fundamenta esses conceitos forjados por Boaventura de Sousa Santos, mas sim assinalar que, ao lidar com grupos de pessoas socialmente excluídas, é necessário olhar para o contexto colonial em que se inserem e empoderá-las para que compreendam tal contexto opressivo, muitas vezes sublimar. O pensamento abissal é percebido no discurso das classes brasileiras que detêm o poder e, por meio da mídia, chega à maior parte da classe média. O pensamento colonial ignora o agricultor familiar, o camponês, criando a falsa impressão de que a agricultura industrial pode dar conta da segurança alimentar de um país, quicá do mundo. Desvelar esse discurso é fundamental neste trabalho.

Bruno (2016) discorre sobre os “mecanismos de dominação simbólica presentes no discurso das elites agroindustriais” (p.142) e que se proliferam pela sociedade brasileira como verdade. É o discurso do opressor, que consolida uma concepção de sociedade estática, do que sempre foi e sempre será, mantendo o agricultor familiar imobilizado por um suposto destino imutável. A força da retórica das elites agroindustriais, que não reconhecem grande parte dos agricultores familiares, aponta para uma suposta incapacidade de se inserirem no mercado e bloqueia a construção da identidade camponesa. Dessa forma, permanecem exilados “do outro lado da linha abissal”, conforme Santos (2007b).

As metodologias e fundamentos até aqui expostos se afinam aos fundamentos da Agroecologia, ciência que estuda os princípios e processos ecológicos relacionados com os sistemas produtivos ou agroecossistemas, os quais estão referenciados na ação humana em suas diversas dimensões (Altieri e Nicholls 2000). O paradigma integrador agroecológico busca bases científicas capazes de analisar os agroecossistemas a partir de uma abordagem que possa incluir os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, ecológicos e agrônômicos (Gliessman 2010, Caporal *et al.* 2009).

Sevilla-Guzmán (2006) observa que “la Agroecología utiliza un enfoque integral en la que las variables sociales ocupan un papel muy relevante (...) y su primer nivel de análisis sea la finca; desde ella, se pretende entender las múltiples formas de dependencia que el funcionamiento actual de la política, la economía y la sociedad genera sobre los agricultores. Pero además, la Agroecología considera como central la matriz comunitaria en que se inserta el agricultor; es decir la matriz sociocultural que dota de una praxis intelectual y política a su identidad local y a su red de relaciones sociales.” (p.14). Sevilla-Guzmán e Woodgate (2013) distinguem, para fins de pesquisa em Agroecologia, três dimensões: produtiva/ecológica, socioeconômica e sociocultural/política. Tomam como base a crítica aos sistemas alimentares industriais globalizados e a busca por sistemas alimentares ecológicos e culturalmente responsáveis e pela soberania alimentar. Para eles, tal complexidade exige enfoque transdisciplinar.

Altieri e Toledo (2011) trazem razões para se promover o paradigma agroecológico, baseado no fortalecimento da agricultura de pequena escala e com ênfase nos processos sociais de participação e empoderamento local, sendo “as únicas opções viáveis para satisfazer às necessidades alimentares regionais” (p.6) e garantir a soberania alimentar, sobretudo diante da crise do petróleo e das mudanças climáticas. Ressaltam a capacidade de adaptação dos agroecossistemas tradicionais e daí sua importância neste momento de transformação e crise civilizatória. Observam esses autores que o surgimento do movimento La Via Campesina (LVC), com a adoção da Agroecologia como bandeira, é componente decisivo para o avanço da agroecologia na América Latina. É notório como este movimento, de abrangência mundial, tem modificado o cenário da Agricultura Familiar, da Agroecologia e da discussão da Soberania Alimentar. Martínez-Torres e Rosset (2016) trazem o histórico da trajetória da LVC, com detalhes sobre o processo de construção do termo Soberania Alimentar (SOBAL), o qual tem como pilares a reforma agrária, a defesa da terra e do território, a defesa dos mercados locais e nacionais e a Agroecologia.

Mendez *et al.* (2013) reconhecem a existência de duas perspectivas agroecológicas, uma interdisciplinar, apolítica e orientada a modificar, de cima para baixo, a produção agrícola; e outra transdisciplinar, participativa,

construída a partir das bases, politicamente consciente, orientada à ação e à transformação dos sistemas agroalimentares. Concordamos com os autores quando apontam o papel da IAP para a segunda perspectiva, na qual a organização e a participação são fatores decisivos para o fortalecimento da Agricultura Familiar e para a evolução da Agroecologia e da SOBAL.

Guzmán *et al.* (2013) discutem o papel da IAP na transformação dos sistemas agroalimentares e demonstram sua importância nesse processo, por promoverem, além da melhoria de capacidades técnicas, a organização dos grupos para maior autonomia e resiliência. Observam que “El enfoque comunitario de las metodologías participativas nos capacita para afrontar las situaciones sociales de bloque o mediadas por las relaciones de poder en la escena rural, ya que los cambios tecnológicos y de gestión de los recursos naturales están fuertemente condicionados por las relaciones de poder” (p.90).

Com respeito à transição agroecológica tomamos como referência os quatro passos de Gliessman (2010), partindo da melhoria da eficiência dos agroecossistemas (passo 1), passando pela substituição de insumos e práticas nocivas ao meio ambiente (passo 2), e pelo planejamento, considerando interações com a biodiversidade, ciclos biogeoquímicos e fluxo de energia, ou seja, redesenho dos agroecossistemas (passo 3), até chegar ao quarto e último passo, onde as relações sociais têm importante papel no sentido de reeducação para a sustentabilidade e nas relações com o mercado.

3. Metodologia

A metodologia adotada nesse trabalho foi a pesquisa-ação (Thiollent 2011), pelo foco na ação, mas como elementos da pesquisa participante, já que as relações entre pesquisadores e grupo focal foram tratadas de forma crítica e com constante preocupação. Assim, a metodologia usada neste trabalho será referida como pesquisa participante.

O assentamento estudado, criado em 2005, é composto por agricultores familiares que, apesar da história de luta no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em sua maioria não tinham tradição nesse movimento. Ao conquistarem a terra, houve desmobilização e grande dificuldade de se manterem organizados e na luta para a implantação de políticas públicas. Dessa forma, atualmente compõem um grupo pouco politizado e organizado e a experiência pedagógica acumulada aponta para um foco na ação, pois a práxis (reflexão crítica sobre a ação, para retornar a ela) tem grande poder transformador. Interessa-nos especialmente a raiz freiriana da pesquisa participante, a pedagogia para libertação/emancipação.

Com relação à transição agroecológica, o grupo focal já estava em processo de transição, quer seja por convicção de seus benefícios, por suas raízes camponesas

tradicionais ou como bandeira de luta, quer seja pela demanda do mercado local. O uso de agroquímicos pela a maioria das famílias envolvidas era limitado, e havia necessidade de introdução de novas técnicas e estratégias de produção (passo 2), além do redesenho dos agroecossistemas (passo 3). Somente um pequeno grupo estava inserido no mercado local (venda direta).

O município em questão tem uma população pequena (cerca de 8.000 pessoas), parte desta vinda de fora da região. Pessoas que vieram em busca de uma vida em contato com a natureza. Há, portanto, expressivo e exigente mercado consumidor para produção agroecológica.

O caminho metodológico foi realizado em três etapas: i) definição do problema; ii) reflexão crítica sobre o problema, para se chegar à definição da ação necessária e aos objetivos a serem alcançados; iii) planejamento e execução dos passos necessários para alcançar os objetivos propostos (práxis).

Etapa 1: A definição da “Ação”

A definição do problema foi iniciada por meio de rodas de conversa, onde eram colocados desafios para a produção e o comércio. Foi então realizada a oficina “Árvore dos Sonhos & Muro das Lamentações”, na qual procuramos sistematizar projeções para o futuro e desafios a enfrentar para conquistá-las.

Etapa 2: Definição da ação e objetivos

Por meio de uma série de oficinas e reuniões, analisamos criticamente o problema e os sonhos da comunidade, até chegarmos a um objetivo comum. Nessa etapa, as discussões giraram em torno de compreender a conjuntura que os cerca e a importância da ação organizada para enfrentá-la, além da questão da transição agroecológica.

Etapa 3: Planejamento e execução de ações

Nessa etapa, adotou-se uma sistemática de planejamento-avaliação sistêmicos, em um vai e vem constante, que permite que cada sujeito envolvido vá se apropriando dos diversos elementos que compõem a complexidade da realidade, do nível micro ao macro. Dessa forma, cada um coloca sua disponibilidade para as ações propostas. Considerando o problema estudado e entendendo a urgência de produzir e comercializar (inclusão produtiva), a universidade se propôs a colaborar por meio de duas linhas de ação: i) apoio na mobilização e coordenação das reuniões e oficinas periódicas de análise e planejamento; ii) visitas técnicas, oficinas e apoio a mutirões de plantio agroecológico.

Pela necessidade da assistência técnica, as visitas dos extensionistas do projeto com experiência em agroecologia foi fundamental. Trabalhamos dentro do espírito da “interação social”, de Freire (1992), e da própria Agroecologia, construída pela troca de conhecimentos científicos e não científicos. As visitas, para além dos ob-

jetivos técnicos, foram importantes para estabelecer a confiança entre a equipe e as famílias, fortalecendo o trabalho conjunto. Por vezes sob a forma de mutirões, as oficinas incluíram jovens do assentamento, e procurávamos abordar temas diversificados e importantes para a Agroecologia, tais como: diversidade nos agroecossistemas, controle sobre sementes, garantia da alimentação saudável, possibilidade de almejar a Soberania Alimentar na região.

4. Ações e Construção do Conhecimento

4.1. O Problema

A questão central colocada pelos agricultores foi o desejo de viver da terra, produzindo sem produtos químicos, e acessar os mercados locais, assim como os desafios enfrentados para conquistar esses objetivos. Entendemos que a organização social seria o melhor caminho para atingir estes objetivos, ponto de vista compartilhado pelo grupo, que reconheceu a dificuldade da organização e da participação. Reconheceram a mudança ocorrida entre o período em que estavam acampados aguardando a terra e ocupavam todos uma pequena área, vivendo de forma coletiva; e a fase atual, depois de estarem em suas respectivas parcelas, havendo distanciamento e desmobilização.

Os principais desafios apontados pelos agricultores foram: solo fraco e dificuldades com adubação e obtenção de esterco (frete muito caro); presença de insetos, pragas e fungos e a dificuldade de combatê-los com remédios naturais, em parte consequência do uso intensivo de agrotóxicos (monocultura) ao redor e dentro do assentamento; falta de recursos para investir na produção (ainda não tinham acesso ao microcrédito do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, por não terem a DAP definitiva – Declaração de Aptidão ao PRONAF); dificuldade de acesso à água; falta de assistência técnica (a instituição contratada pelo INCRA com esta finalidade apresentava muitos problemas, entre eles a descontinuidade de repasse de recursos pelo Governo Federal, o que paralisava o serviço); dificuldade de transporte para escoar a produção. Estavam organizados em três associações, alguns agricultores participam de duas, e todas funcionavam precariamente.

O assentamento é dividido em 119 parcelas (nem todas habitadas) e conta com três associações. A primeira se formou durante o processo de ocupação pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e a criação do assentamento pelo INCRA. Foi organizada por famílias que já estavam morando antes nessa área, caracterizadas como posseiras, pois não tinham documentação da terra apesar de viverem lá há muitos anos. Sob a ameaça de serem retiradas com a criação do assentamento, estas famílias se uniram e acabaram por serem incorporadas ao Sílvia Rodrigues. Assim, essa associação é constituída

por famílias que viam as novas famílias como ameaça a seus espaços de vida. A segunda associação formou-se com a criação (formalização) do assentamento, como instrumento de luta pela implantação das políticas públicas previstas, mas de difícil acesso: água, energia elétrica, assistência técnica, acesso ao PRONAF. A terceira foi criada depois, em função de desentendimentos dentro da segunda, havendo famílias que estão nas duas. Desta forma, as três associações não trabalhavam juntas, ainda que não houvesse conflitos explícitos acontecendo.

Analisando a situação de forma crítica, chegamos à compreensão de que os entraves no acesso às políticas públicas e a fragilidade da organização social, estreitamente relacionados, eram os principais problemas a serem enfrentados, e dos quais decorriam os demais.

Há uma queixa comum entre agricultores e agricultoras sobre a inoperância das associações e percebe-se a grande expectativa que sempre é jogada sobre as diretorias, principalmente sobre os presidentes, que trabalham quase sempre sozinhos. Ainda que admitindo que precisam participar mais, a participação segue sendo baixa. Tal situação reflete a imaturidade política do grupo, tema que foi discutido muitas vezes. Entendemos ser este o principal desafio deste trabalho.

4.2. Definição da Ação

Por meio de oficinas, foram levantados dados sobre a produção das famílias interessadas em participar da proposta, assim como os desafios para produzir e comercializar (detalhamento do problema). Com relação à produção, os desafios eram, conforme já relatado, pragas, baixa fertilidade dos solos, pouco acesso a políticas públicas e monocultura na vizinhança. Mas, ainda que pudessem ampliar a produção para comercialização direta, tinham dificuldade para participar da Feira da cidade, considerando-se que, além de já estar saturada, eram percebidas atitudes preconceituosas de pessoas da associação gestora contra as cerca de dez famílias que já participavam dessa Feira. Estas nunca puderam se tornar membros dessa associação. Ao longo do processo, identificou-se que por trás da postura daquela organização estava a concentração do poder local nas mãos de grupos políticos apoiados pela agricultura industrial, o que foi sendo desvendado pela observação dos discursos de atores locais. Compreender essa situação foi determinante para pensarem em criar uma nova feira, que refletisse o poder de conquista e a importância da agricultura.

Naquele momento, os assentados estavam na iminência de acessar o microcrédito do PRONAF e havia a preocupação de como comercializar a produção que seria ampliada pelo novo investimento. Depois de vários encontros, chegou-se à definição da Ação: criar uma nova Feira. Para participar da Feira, seria necessário fazer a opção pela transição agroecológica e produtos com agrotóxicos não poderiam ser vendidos. Ou seja, partiam do passo 2 da transição.

4.3. A Ação e a Práxis

Definida a Ação, a segunda linha de ação proposta pela universidade - visitas técnicas e mutirões - avançou mais rapidamente. Esses encontros possibilitaram a valorização e ampliação do uso de técnicas e conhecimentos agroecológicos, assim como a melhoria da segurança alimentar e nutricional das próprias famílias, como consequência da diversificação, do aumento da produção e, posteriormente, da inserção no mercado.

O envolvimento dos jovens nessas ações, por meio do programa no qual esses deveriam desenvolver projetos de agroecologia junto às respectivas famílias (Laranjeira *et al.* 2014a, b, Barbosa *et al.* 2018), fez com que muitos estreitassem os laços familiares, e alguns passaram a contribuir de forma mais efetiva com a produção e comércio.

Para a criação da nova feira foi formada uma comissão, com representantes da Prefeitura de Alto Paraíso, das associações do assentamento e da universidade. A Feira representaria a criação de um espaço da agricultura familiar camponesa, autônomo e livre das pressões locais.

Nos dois processos participativos instaurados (reuniões em torno da criação da Feira e visitas técnicas/mutirões) evidenciava-se o entusiasmo e maior coesão do grupo, que reunia as três associações. Trabalhar por um objetivo comum foi estímulo para os que tinham começado recentemente a cultivar para comércio e para os que viram o momento como oportuno para ampliar produção e venda, se integrando à nova Feira. Entretanto, o processo deixou para trás algumas famílias com maiores dificuldades de se engajarem em uma produção mais contínua, algumas por não terem como deixar atividades de geração de renda fora do assentamento. Esse é o caso, por exemplo, de mulheres que sozinhas chefiam suas famílias, com notável dificuldade para se firmarem como agricultoras. Outras famílias lidavam com escassez de água e ainda outras com falta de mão de obra, com a saída dos filhos para a cidade. A evasão do jovem do campo é preocupante, sobretudo porque as próprias famílias têm dúvidas sobre seu futuro na terra.

Um levantamento, feito por meio de questionário aplicado a cerca de 40 famílias mostrou que, não obstante as diferentes histórias de vida, por vezes com passagem pela cidade, a maior parte das famílias tem origem camponesa e assim resiste na terra, apesar das dificuldades. Ficou claro que a origem camponesa é fator determinante para a resistência no campo, conclusão a que chegamos com o grupo.

A continuidade das reuniões e oficinas possibilitou aprofundar a investigação sobre as relações entre produtores e produção e sobre o "sonho" dessa comunidade, ou seja, viver da sua produção e com dignidade. Os mutirões para trocas de conhecimentos foram sendo fortalecidos, pois havia ali agricultores com conhecimentos bastante avançados, já comercializando e em plena transição agroecológica. Essa troca entre os próprios agricultores, a exemplo do sistema camponês a camponês de Cuba

(Sosa *et al.* 2013), mostra-se importante para a transição agroecológica em comunidades camponesas.

A importância da organização social comunitária, muito cara à Agroecologia, foi sempre tema transversal nas duas linhas de ação. A importância da Agroecologia diante do quadro de mudanças climáticas também foi discutida, pois a falta d'água é crescente e vem atingindo muitas famílias. A ocupação da região pelo agronegócio e a mudança do regime de chuvas foram sendo percebidas de forma mais clara.

No ano de 2015, de acordo com a empresa de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) contratada pelo INCRA, 69 famílias tiveram seus projetos encaminhados para o PRONAF, entretanto, até o final de 2016, 23 famílias (entre as 69), por motivos burocráticos diversos, não tinham conseguido receber o crédito. Ainda mais grave foi a constatação da falta de autonomia das famílias para decidirem sobre seus projetos, o que fez com que alguns desistissem da solicitação. Eram oferecidas propostas fechadas e a família deveria escolher a melhor entre elas, e o crédito por vezes se tornava mais um percalço do que um benefício.

A Feira foi criada em novembro de 2015 pelo esforço das três associações e recebeu o nome de Feira Popular da Agricultura Familiar. Trouxe consigo o símbolo da luta pela identidade camponesa desses agricultores. O investimento na produção foi avançando, apesar da demora no recebimento do microcrédito, e ficava claro que a ação coletiva e a construção de um objetivo comum fazia o grupo prosperar. O fortalecimento experimentado empoderou esses sujeitos, que se orgulham do espaço construído e de sua atuação neste.

Visitas realizadas às famílias participantes da Feira em 2016, um ano depois da sua criação mostraram que estas progrediram na transição agroecológica, o que foi medido, em parte, pela introdução de algumas técnicas, como compostagem, biofertilizantes, cobertura de solo, consórcios, entre outras, e pela frequência das famílias na Feira, o que demonstrava a estabilidade na produção. Esse resultado foi compartilhado com todo o grupo.

De certa forma, a universidade fez o papel do Estado no tocante à ATER, e com isso demonstrou a importância dessa política pública para produção da agricultura familiar. Foi possível discutir essa lacuna deixada pelo poder público, pois enquanto a agricultura industrial recebe diversos subsídios e créditos, a agricultura familiar fica sujeita a repasses incertos de recursos para ATER e a diversos obstáculos para acesso ao crédito do PRONAF.

5. Discussão: Avanços e Fragilidades

É fato que o trabalho conjunto entre comunidade e universidade resultou na criação da Feira Popular da Agricultura Familiar, no avanço das famílias envolvidas na transição agroecológica e no fortalecimento de suas organizações. Mas em que medida?

A organização segue sendo o principal desafio desta comunidade (como eles próprios reconhecem), que agrega pessoas de diferentes regiões do país e com diferentes experiências prévias, incluindo passagens pela vida urbana. Por outro lado, o sucesso da Feira e o que representa em termos de conquista de espaço social, mostrou a importância da organização comunitária e segue motivando-os para o caminho da transição agroecológica, principalmente por contar com consumidores exigentes, que questionam a produção e a qualidade.

A análise realizada nesse processo sobre os potenciais e os desafios da trajetória desses agricultores, mostra a dificuldade de estabilização do assentamento e a demora do acesso ao crédito público, que possibilitaria investimentos mais robustos na produção. Ao mesmo tempo, percebe-se o desejo dessa comunidade de viver na e da terra, e a criação da Feira trouxe a importância de sua produção para o mercado local. Ressalta-se a tomada de consciência das famílias envolvidas sobre a importância da agricultura familiar de base agroecológica para a segurança alimentar e conservação ambiental da região, fortalecendo a identidade camponesa.

Essa trajetória demonstra também a força da luta dos agricultores para serem reconhecidos e se estabelecerem na terra e concluiu-se que a origem camponesa de grande parte das famílias oferece suporte e resistência para persistirem, ainda que tenham que se render ao trabalho fora ou a parcerias com agricultores que trabalham com a monocultura, a fim de manterem a luta pelo sonho. A agricultura familiar demonstra assim seu potencial e sua força, o que foi concluído pelas reflexões junto com as agricultoras e agricultores.

As políticas públicas oferecidas pelo governo federal são essenciais, mas, diferente das informações oficiais, não são automáticas e tampouco têm a eficiência esperada, necessitando de grande mobilização para serem acessadas. Inúmeras foram as dificuldades até conquistarem o direito ao primeiro microcrédito, mais de 10 anos depois de assentados, e ainda tutelados por um serviço de ATER que pouco funciona e acaba por impor projetos padronizados, em lugar de construí-los junto com as famílias.

A criação da Feira de forma participativa foi fundamental para que o passo 4 da transição agroecológica fosse trabalhado, realimentando o passo 3 e o passo 2. Agricultores que pouco produziam e estavam fora do mercado foram inseridos no comércio local e vêm melhorando sua produtividade e progredindo na transição.

Entretanto, há ainda um longo caminho para agregar novos agricultores nesse processo e para chegarem juntos ao último passo da transição agroecológica, no qual, estando organizados, farão parte do Movimento Agroecológico. Pelo exposto anteriormente, só a conquista dessa dimensão política pode trazer a real emancipação, levar a comunidade para o campo da Sociologia das Emergências (Santos 2007a), com autonomia e produção própria de conhecimento. Trata-se de uma mu-

dança profunda, do resgate da crença de que é possível transformar suas próprias realidades, da mesma forma que o fizeram no momento de conquista da terra: a libertação/emancipação. Isso requer tempo.

O período de quase três anos foi suficiente para impulsionar o processo, que muito prosperou, se mostra promissor, mas que é longo e a Feira parece ser motivação suficiente para essa continuidade.

Mas o perigo da monocultura ronda a comunidade, mostra-se como solução fácil para fugir do desafio da transição agroecológica. Além de trazer o aumento de pragas, oferece a parceria (usa a terra, pagando com percentual da produção), garantindo certo rendimento às famílias.

Concordando com Streck e Adams (2014), a pesquisa participativa (entendida como termo abrangente) deve ser entendida como construção histórica de resistência e reação ao modelo colonial de produção de conhecimento. Observam esses autores que ela se adequa aos contextos de processos descoloniais da sociedade, como reação à racionalidade eurocêntrica das ciências sociais hegemônicas e à subalternização epistêmica imposta aos países periféricos. "Trata-se da descolonização do ser, do saber e do poder, partindo da postura crítica, e não passiva, frente às epistemologias do norte que se caracterizam pela monocultura do saber científico que desclassifica conhecimentos alternativos." (p.37).

Sublinha-se a importância da ciência na análise crítica da realidade camponesa, em diálogo horizontal com os sujeitos do campo, de forma a permitir modificação de sua condição social. Consideramos que a Extensão Universitária é o *locus* adequado para tais análises e para uma produção de conhecimento comprometido com as grandes questões sociais do nosso tempo.

É necessário discutir o papel social da Universidade no empoderamento e valorização da Agricultura Familiar, no contexto do desenvolvimento rural e da produção de conhecimento para a transformação social, sobretudo neste momento de crise da sociedade moderna e, conseqüentemente, da própria Universidade. Como assinalado por Santos (2005, p.73), a Extensão Universitária deveria ter nova centralidade nesse processo de transformação necessário às universidades, atribuindo-lhes papel na "participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural." Em troca, a Universidade receberia o apoio da sociedade em sua própria defesa. Nesse sentido, a defesa da Universidade Pública e gratuita no Brasil, dos investimentos públicos para a Extensão Universitária e das políticas sociais são cruciais diante da ameaça neoliberal.

6. Conclusões

A criação da Feira Popular da Agricultura Familiar como projeto coletivo representou motivação impor-

tante para ampliar a organização social comunitária e fazer prosperar a transição agroecológica. A Feira representou conquista importante para o grupo, ampliando a visibilidade deste segmento social junto à população local e sua importância para a segurança alimentar e nutricional, refletindo-se na afirmação da identidade de agricultoras e agricultores. Entretanto, o processo de transição agroecológica é ainda frágil, pela fragilidade da organização social e a ameaça da monocultura.

No plano pedagógico, constatou-se que a construção do conhecimento dá-se coletivamente a partir da ação-reflexão-ação (práxis). A Ação organizada e planejada (criação da Feira) possibilitou avançar gradativamente em direção à transição agroecológica, agregando novos conhecimentos conforme se fizeram necessários para o processo de compreensão da realidade e aproximação do objetivo. Tais conhecimentos estão em grande parte dentro da própria comunidade, e são difundidos e apropriados pela criação de ambientes e oportunidades de encontro. Discutir os desafios da vida cotidiana da comunidade e lançar luz sobre as questões políticas e sociais que levam às diversas dificuldades encontradas foram decisivos para fortalecer o papel das associações e empoderar as famílias.

Reafirma-se assim o papel da pesquisa participante na transição agroecológica, lembrando que se trata de um processo longo, que necessita continuidade e persistência, mas que a Feira continua a representar a motivação para que esse caminho seja trilhado.

Ressalta-se a questão da exclusão social, condição em que vive a grande maioria dos agricultores familiares no Brasil, sobretudo aqueles dos assentamentos da Reforma Agrária, estigmatizados pelas elites nacionais. A análise da realidade em sua complexidade, sob a perspectiva transdisciplinar, permite trazer à luz elementos que, apesar de estarem nas entrelinhas, são fortemente percebidos nas posturas e falas de pessoas do convívio social dos agricultores e na sociedade em geral, reforçando essa exclusão.

É possível concluir que o papel pedagógico da Universidade é colaborar na organização, aprofundamento das discussões e sistematização do processo, permanecendo atenta para facilitar conexões e parcerias e questionar posturas e relações já estabelecidas, criando assim espaços onde novos conhecimentos são forjados. Ingredientes importantes para isso são: empatia entre os atores, pesquisadores abertos para compreender as reais necessidades, escuta sensível, real disponibilidade para o diálogo horizontal e disponibilidade de recursos para o desenvolvimento de projetos como esses, que, dadas as características transformadoras, requerem longa duração.

Agradecimentos

Às associações de agricultoras e agricultores do Assentamento Sílvio Rodrigues pela confiança e trabalho conjunto. Ao Conselho Nacional de Desenvol-

vimento Científico e Tecnológico – CNPq e demais instituições, que financiaram projetos do NASPA - Chamadas nº 82/2013 (MCTI) e nº 19/2014 (MDA e Pronera/IN CRA). Tais projetos representaram estratégias de políticas públicas do Governo Federal para envolver a Universidade na erradicação da fome e na melhoria da Segurança Alimentar no país.

REFERÊNCIAS

- Altieri M, Toledo VM. 2011. La Revolución Agroecológica en América Latina - rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. SOCLA. http://rio20.net/wp-content/uploads/2012/05/altieri_es.pdf.
- Altieri MA, Nicholls CI. 2000. Agroecology and the search for a truly sustainable agriculture. Basic Textbooks for environmental training. Berkeley: University of California.
- Barbosa CAS, Laranjeira NP, Schuler LF, Dhelomme AM, Costa NG. 2018. Curso de Agroecologia e Sustentabilidade no Cerrado oferecido pelo Centro UnB Cerrado/NASPA. VI Congresso Latino-americano de Agroecologia; X Congresso Brasileiro de Agroecologia; V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. 2017. Brasília/DF. Cadernos de Agroecologia 13(1). <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/365>.
- Brandão CR, Streck DR. 2006. A pesquisa participante e a partilha do saber: uma introdução. In Pesquisa participante: O saber da partilha (Brandão CR, Streck DR, orgs). Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2ª ed.
- Brandão CR. 1985. Participar-Pesquisar. In Repensando a pesquisa participante (Brandão CR, org). São Paulo: Brasiliense. 2ª ed.
- Brandão CR. 1990. Pesquisar-Participar. In Pesquisa participante (Brandão CR, org). São Paulo: Brasiliense, 8ª ed.
- Bruno R. 2016. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura 24(1): 142-160.
- Caporal FR, Paulus G, Costabeber JA. 2009. Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Brasília.
- Carrillo AT. 2014a. Producción de conocimiento desde la investigación crítica. Nómadas 40: 68-83.
- Carrillo AT. 2014b. Vigencia y perspectivas de la investigación participativa. In Conhecer e Transformar: pesquisa-ação e pesquisa participante em diálogo internacional (Streck DR, Sobottka EA, Eggert E, orgs). Curitiba: CRV.
- Carrillo AT. 2015. La investigación acción participativa: entre las ciencias sociales y la educación popular. La Piragua 41: 11-20.
- Delgado F, Rist S. 2016. Las ciencias desde la perspectiva del diálogo de saberes, la transdisciplinaridad y el diálogo intercientífico. In Ciencias, diálogo de saberes y transdisciplinaridad (Freddy D, Rist S, eds). Bolivia: AGRUCO.
- Fals Borda O. 1990. Aspectos teóricos da pesquisa participante. In Pesquisa participante (Brandão CR, org). São Paulo: Brasiliense, 8ª ed.
- Freire P. 1992. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 10ª ed.
- Freire P. 2006. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 33ª ed.
- Gajardo M. 1986. Pesquisa Participante na América Latina. São Paulo: Brasiliense.
- Gliessman SR. 2010. The framework for conversion. In The conversion to sustainable agriculture: principles, processes, and practices (Gliessman SR, Rosemeyer M, eds). Florida: Taylor & Francis Group.
- Guzmán GI, López D, Román L, Alonso AM. 2013. Investigación acción participativa en agroecología: construyendo el sistema agroalimentario ecológico en España. Agroecología 8 (2): 89-100.
- Laranjeira NP, Barbosa CAS, Dhelomme AM. 2014a. Juventude do campo e transição agroecológica. IV Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. Brasília/DF. <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/15983>.
- Laranjeira NPF, Rodrigues LPF, Lulkin C, Barbosa CA, Dhelomme AM. 2014b. Formação de jovens do campo para a sustentabilidade na Chapada dos Veadeiros, Goiás, Brasil. Congreso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología, Innovación y Educación. Buenos Aires, Argentina. Artículo 1212. <http://www.oei.es/congreso2014/memorias2014.php>.
- Martinez-Torres ME, Rosset PM. 2016. Diálogo de saberes em La Vía Campesina: soberanía alimentaria y agroecología. Espaço Regional 1(13): 23-26.
- Méndez VE, Bacon CM, Cohen, R. 2013. La Agroecología como un enfoque transdisciplinar, participativo y orientado a la acción. Agroecología 8 (2): 9-18.
- Nicolescu B. 2000. O Manifesto da Transdisciplinaridade. Campinas-SP: Triom.
- Santos BS. 2001. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 3ª ed.
- Santos BS. 2007b. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais 80: 11-43.
- Santos BS. 2005. A Universidade no século XXI. São Paulo: Cortez.
- Santos BS. 2007a. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo.
- Sevilla-Guzmán E, Woodgate G. 2013. Agroecología: fundamento del pensamiento social agrario y teoría sociológica. Agroecología 8(2): 27-34.
- Sevilla-Guzmán E. 2006. Agroecología y agricultura ecológica: hacia una "re"construcción de la so-

- beranía alimentaria. *Agroecología* 1: 7-18.
- Sosa BM, Jaime AMR, Lozano DRA, Rosset PM. 2013. *Revolução Agroecológica: O Movimento Camponês a Camponês da ANAP em Cuba*. São Paulo: Expressão Popular, 2ª ed.
- Streck DR, Adams T. 2014. *Pesquisa participativa, emancipação e (des)colonialidade*. Curitiba: CRV.
- Thiollent M. 1985. Notas para o debate sobre a pesquisa-ação. In *Repensando a pesquisa participante* (Brandão CR, org). São Paulo: Brasiliense, 2ª ed.
- Thiollent M. 2011. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 18ª ed.
- Thiollent M. 2014. Pesquisa-ação e pesquisa participante: uma visão de conjunto. In *Conhecer e Transformar: pesquisa-ação e pesquisa participante em diálogo internacional* (Streck DR, Sobottka EA, Eggert E, orgs). Curitiba: CRV.